

CONTRA TODAS: NARRATIVAS DE ATAQUES DE BOLSONARO ÀS JORNALISTAS NO JORNALISMO AUDIOVISUAL

CARINE PREVEDELLO¹

FABIANA PICCININ²

RESUMO

Entre os ataques frequentes feitos pelo presidente Jair Bolsonaro à imprensa, observa-se, com recorrência, os cometidos especialmente contra mulheres jornalistas, conforme mostram levantamentos feitos pela Federação Nacional de Jornalistas, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Nesses ataques, termos sexistas, misóginos e ordens de censura agregam-se às práticas e discursos de violação do direito à liberdade de imprensa, bem como de discriminação de gênero. Neste sentido, o trabalho discute como o jornalismo audiovisual, circunscrito à plataforma *Youtube*, narra esses episódios relacionados ao desrespeito aos direitos humanos. Metodologicamente, serão analisados três eventos de agressões feitas pelo presidente, definidos a partir de filtros de busca com a expressão “ataques de Bolsonaro a jornalistas”, no ano de 2021, a repórteres mulheres.

Palavras-chave: Jornalistas. Mulheres. Direitos Humanos. Jair Bolsonaro. Ataques.

Introdução

O campo do Jornalismo, como discurso e representação social, guarda em si uma dicotomia relacionada à capacidade de repercussão na esfera pública e à frágil articulação com as estruturas de poder. Ao mesmo tempo em que negocia com as autoridades, personalidades institucionais e personagens comuns uma possibilidade de visibilidade, depende da informação e da confiança das fontes para dar publicidade aos fatos de interesse público. Compreender, portanto, a prática e construção desta narrativa exige a reflexão acerca da deontologia do exercício profissional, diretamente associada à garantia dos direitos humanos, do direito à informação e da liberdade de imprensa como pilares dos regimes democráticos.

Gentili (2005) lembra que, por meio do acesso às informações de interesse público necessárias ao direito à saúde, educação, moradia e alimentação, entre outros direitos humanos básicos, é que se torna viável o alcance da cidadania plena.

1 Jornalista (UFSM), doutora em Comunicação (Unisinos), professora adjunta da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Coordenadora do Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO/UFRJ e do projeto de extensão TJ UFRJ, grupos que pesquisam e produzem formatos e linguagens em jornalismo audiovisual, vídeos experimentais, coberturas e conteúdo para redes sociais. Durante mais de 15 anos, atuou no jornalismo em mídia corporativa, instituições público-estatais e TVs universitárias, com ênfase nas áreas de telejornalismo, assessoria de imprensa e comunicação integrada. E-mail: carine.prevedello@eco.ufrj.br.

2 Jornalista (UFSM), graduada em Letras - Inglês (Unisc), doutora em Comunicação Social (PUC/RS), professora adjunta da UFSC. Professora e pesquisadora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Jornalismo (UFSC). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teorias do Jornalismo, Jornalismo e Literatura, Narrativas Jornalísticas e Mídia, Telejornalismo e novas tecnologias. É vice-líder do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele -CNPQ) e integrante do Grupo de Pesquisa de Valores Mundiais (UFRGS-CNPQ). Faz parte da RENAMI, Rede de Narrativas Midiáticas Contemporâneas e da Rede TELEJOR, Rede de Pesquisa em Telejornalismo, ambas vinculadas à SBPJor (Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo). Faz parte do US International Exchange Alumni. E-mail: Fabiana.piccinin@ufsc.br.

(...) nas sociedades modernas, estruturadas como democracias representativas, todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe um alargamento do direito à informação como uma premissa indispensável, um pressuposto. (GENTILLI, 2005, p.129)

De forma complementar, como assinalam Brittos (2009), Genro (1987) e Motta (2005), a análise crítica da Comunicação e do trabalho jornalístico incide permanentemente na fiscalização dos poderes constituídos, o que – pelo menos em tese – nas democracias, deveria conferir à imprensa a autonomia e segurança necessárias à investigação e ao questionamento de todo o tipo de irregularidade associada ao desempenho de funções públicas. “A mídia exerce um papel fundamental no exercício da cidadania nas democracias modernas. Não só nas questões diretamente políticas, [...], o acesso aos espaços comunicacionais acaba sendo fundamental no processo de publicização” (BRITTOS, 2009, p.25).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, *online*) contempla os princípios da liberdade de expressão no Artigo 5º, incisos IV (liberdade de pensamento), IX (liberdade de expressão) e XIV (acesso à informação) e do direito à informação no Artigo 220, concepções essencialmente relacionadas à liberdade de imprensa. Entretanto, o contexto sociopolítico brasileiro apresenta, nos últimos anos, contornos assustadoramente contrários às garantias da liberdade de imprensa e da defesa dos direitos humanos nas suas mais diferentes perspectivas. De acordo com levantamentos recentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), desde o início do mandato do presidente Jair Bolsonaro, a quantidade e a ênfase de ofensas aos profissionais da imprensa cresceram.

A Fenaj denunciou, em seu relatório de 2020, 428 casos de ataques à liberdade de imprensa, caracterizando-se o ano como o mais violento desde a década de 1990. O número de ataques cresceu 105% em relação aos 208 contabilizados em 2019. Segundo a entidade, o presidente da República foi o principal agressor de profissionais e veículos de comunicação, com 175 casos detectados (ABI, 2021, *online*). Na pesquisa da Abert (2021), os ataques à imprensa cresceram 167% em 2020, na comparação com 2019.

Ambos os relatórios são unânimes em relacionar o crescimento da intimidação do trabalho de jornalistas aos frequentes ataques proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro. O levantamento da Fenaj (2021) mostra que, embora os homens continuem sendo as principais vítimas, os casos envolvendo ofensas contra as mulheres cresceram. Já de acordo com os números da Abraji (2021), as mulheres jornalistas foram alvo de 56,7% das violações à liberdade de imprensa no meio digital, no ano de 2020. A assistente jurídica da associação, Letícia Kleim (ABRAJI, 2021), assinala que “em uma sociedade marcada pela misoginia e pelo machismo, as mulheres, assim como outros grupos vulneráveis e marginalizados, são atacadas simplesmente pelo que são” (Ibidem, *online*).

Trata-se do que, conforme apontam Miguel e Biroli (2014), de uma representação legitimada da misoginia e do patriarcado estrutural, dominantes tanto na esfera pública, de forma generalista, quanto no meio político, de forma específica e ainda mais radical no Brasil. Os autores lembram que, “[...] ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muito de seus integrantes” (MIGUEL, BIROLI, *op.cit*, p.17).

Neste ponto, pelo menos três episódios recentes, protagonizados pelo presidente da República, são simbólicos. Ambos constituem o *corpus* deste artigo, a partir de busca pela palavra-chave “ataque de Bolsonaro a jornalistas”, na plataforma *Youtube*. As agressões diretas à equipe de reportagem de forma geral, e os impropérios direcionados especificamente às repórteres, surgem como resposta às perguntas endereçadas por elas. Compreende-se que a postura de enfrentamento e desqualificação recorrentes pelo gênero são também uma forma de construir um discurso que autoriza e legitima a inferiorização das jornalistas, prioritariamente por serem mulheres. Dessa maneira, são ataques contra os direitos de todas as mulheres jornalistas exercerem sua profissão com segurança e credibilidade.

Em termos metodológicos, a análise está centrada em observar como a narrativa estrutura-se em forma e conteúdo, buscando atentar para os padrões de repetição observáveis nos diferentes casos, reafirmando um sentido estrutural na lógica das agressões. Parte-se da ideia de que, em que pese esses discursos oficiais do presidente em direção às jornalistas produzirem a impressão de “espontaneidade” e, portanto, de suposta “verdade e transparência”, constituem-se em estratégia planejada e organizada com o objetivo de fortalecer a eficácia do discurso de desconstrução das profissionais de imprensa.

Jornalismo audiovisual como palco para ataques

Os episódios dos ataques do presidente Jair Bolsonaro às mulheres jornalistas, publicizados por diferentes emissoras e postos para circular na plataforma de *streaming Youtube* podem ser vistos como exemplos paradigmáticos da ameaça à atuação da imprensa promovida pelo governo, da misoginia estrutural e, por consequência, do ataque ao próprio direito à informação e à cidadania. Neste artigo, esta reflexão se dá a partir de três movimentos. De um lado, **politicamente**, trata-se da tentativa de desautorização e desconstituição da narrativa jornalística como lugar legítimo de mediação dos diferentes campos do conhecimento, em consonância com uma articulação que funda o posicionamento de governo em relação às instituições.

O posicionamento político se articula aos princípios da chamada pós-verdade (DUNKER, 2017), como chave hermenêutica para compreensão do tempo atual. A partir do esgotamento das grandes narrativas e da saturação e excessos da racionalidade moderna, testemunha-se, por efeito, a relativização das verdades e a desconstrução e deslegitimação dos discursos dos especialistas e dos cientistas (LYOTARD, 2004). Uma retórica, portanto, consoante ao *modus operandi* de governos com tendências antidemocráticas e simpáticas aos regimes de exceção, que têm emergido em alguns países do mundo contemporâneo, em alinhamento ideológico deles à extrema direita.

Como lhes é próprio, o comportamento desses governos, materializados nas performances caricaturais de seus líderes, é marcado por ataques aos poderes representativos e à imprensa. Os jornalistas tornam-se os alvos, posto que são incumbidos, desde a instituição da imprensa moderna, deste lugar e função de importante narrador, constituinte da esfera de debate público (HABERMAS, 1984), como *watchdogs* – os fiscalizadores dos atos de governo – a partir da prática objetiva de seu discurso.

Não sem razão, a resistência ao princípio filosófico da objetividade própria das ideias que embasam o fenômeno da pós-verdade, vai estabelecendo um certo niilismo, próprio da perda de credibilidade no discurso institucional. Neste caso particularmente a imprensa acha-se sob suspeita, na medida em que as noções de verdade são substituídas pela ideia de perspectiva, conforme já tratado em trabalhos anteriores (PICCININ, 2020; 2019 a; 2019 b). As instituições, como a mídia jornalística, passam, portanto, a ser estrategicamente objetos de paranoias e desconfiança (KAKUTANI, 2018), e as circunstâncias e fatos objetivos vão tendo menos força e influência na opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais. Conforme Dunker (2017), é uma retórica que induz e valoriza declarações impactantes e menospreza os especialistas que possam vir a desmenti-las.

A desautorização dos jornalistas ganha ênfase neste momento, segundo Fausto Neto (2015), porque o campo profissional perdeu a exclusividade da mediação dos fatos de interesse públicos. A partir da internet, as redes sociais vêm se constituindo como uma nova arena de debate, pela potencialidade que oferecem, como plataformas de publicação de conteúdos e viralização dos conteúdos (ALLCOTT; GENTZKOW, 2016), ainda que, muitas vezes, não tenham a preocupação da perícia técnica e ética, que acompanha as práticas jornalísticas, fundadas no caro valor da credibilidade. Bruns (2005) propõe, para este período histórico, a substituição dos estudos de *gatekeeper* pelo conceito de *gatemacher*, associado aos novos atores no processo de circulação de conteúdo.

No âmbito do sistema midiático, as narrativas produzidas e ofertadas no jornalismo para telas (EMERIM, 2017) desfrutam ainda de forte influência no discurso público, por se preservarem como instância narrativa capaz de organizar e produzir sentidos de realidade que influenciam os indivíduos, pautando suas decisões, das mais complexas às mais cotidianas. Esse lugar de referência, bem como de credibilidade, nos termos propostos por Vizeu (2008), por herança do programa tradicional, o telejornal – que faz parte da grade de programação dos tradicionais canais de radiodifusão no Brasil – é um *locus* importante da constituição da agenda pública, nas formas e conteúdos que o compõem. E que se estende aos formados daí desdobrados nos conteúdos apresentados sob a forma de videojornais e arquivos de vídeo no contexto da convergência e digitalização, evidenciados em processos inaugurais de circulação e consumo de informação.

Também Becker (2012) nomeia essa transformação no ecossistema audiovisual, propondo o conceito de jornalismo audiovisual, quando

(...) ao identificar transformações nas narrativas dos telejornais e apontar características discursivas do *webjornalismo* audiovisual, observa-se que essas distintas narrativas têm sofrido influências mútuas e passam por um processo de hibridização mediadas pelas tecnologias digitais. (BECKER, 2012, p.17)

Ou seja, é a partir das produções audiovisuais jornalísticas que derivam os diferentes conteúdos que formam e conformam uma reportagem transmídia, que vão ser distribuídos em diferentes plataformas e redes sociais. É nesse palco, com sua potência de significado, possibilidades de consumo que oferece e compartilhamento dos conteúdos que o presidente, estrategicamente exhibe seu discurso raivoso contra a imprensa. Ataca, assim, a instituição, mas o faz em direção individualizada à repórter, que protagoniza as perguntas. Diante da cobrança elaborada pela instituição jornalística por seus atos, como é próprio do campo de ofício que respeita o direto à informação, o presidente ocupa a eloquente arena audiovisual para negar o

reconhecimento do canal legítimo de prestação de contas à sociedade, reafirmando o discurso de desautorização das jornalistas.

O segundo aspecto, que marca as agressões e ataques do presidente Jair Bolsonaro às jornalistas mulheres, trata da forma dessas falas, em seu **aspecto estético**. Ao ocupar a cena do jornalismo audiovisual, desconstituindo o trabalho da imprensa e marcando incessantemente a falta de perícia nesse fazer, o líder da nação pretende controlar a agenda pública, a fim de construir as razões para reverberar a censura no país. E o faz em performance caricata, deselegante e sobretudo perigosa, usando do grotesco e, arrogando para si, através disso, a instância daquele que sabe, daquele que pode e daquele que não presta contas, em direção contrária à natureza e dinâmica das sociedades ditas democráticas.

Moura (2020) afirma que a narrativa nas plataformas e redes sociais da internet conquistou um sentido de ato social, "com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição da identidade". E que, desse modo, os discursos de ódio vão concedendo, ao indivíduo que o profere, a popularidade, reputação e influência no grupo ao qual pertence, reafirmando seu capital social. O discurso travestido de paixão, ao contrário do que parece, encerra racionalidade e estratégia, somando-se como retórica contemporânea, ao sentido de redução "do palco à plateia" como forma de aproximação do Chefe do executivo a seus narratários.

Esse sentido de proximidade e simetria pretende superar a histórica diferença comunicacional entre quem diz e quem escuta, impulsionado pela popularização das novas tecnologias e plataformas de publicação de conteúdos na internet. As plataformas vão dando vida ao discurso cotidiano, aos boatos muitas vezes, promovendo e elevando a intimidade à integração no conteúdo das notícias, redefinindo até mesmo os limites do público e do privado. E, tendendo a produzir confusão entre transparência e falta de decoro, a partir da suspensão de qualquer protocolo e sofisticação do dizer, porque proposto como narrativas "mais verdadeiras" e, por extensão, mais autênticas. Na medida em que todos são editores na rede e de que tudo pode ser dito, em um mundo sem regramentos e responsabilização legal, tem seu correlato no culto do amador (KNEE, 2009). A força da espontaneidade do narrar se dá pela redução dos artificialismos, conforme Piccinin (2019 b), porque oferece intrigas que podem ser traduzidas como "provas de verdade".

A reconfiguração do discurso audiovisual promove, dessa maneira, um esforço narrativo para se aproximar de suas audiências, especialmente observado a partir da terceira idade da TV, o Netcasting, segundo Souza Filho (2015) e/ou da hipertelevisão, conforme SCOLARI (2014). Diante da emergência de formas assíncronas e personalizadas de consumo dos conteúdos televisivos, e da ressignificação deste modelo, estabelece-se potencialmente a redução do intervalo entre a oferta dos conteúdos audiovisuais e os públicos. O presidente assume essa estética no seu dizer, instaurando, na espontaneidade que marca as agressões, um efeito de cumplicidade com seu público, porque entendido como oferta do real "verdadeiro", por oposição à artificialidade e à mediação, como diz Calabrese (1999).

Há que se considerar, finalmente, a questão do **gênero**. Ainda que os ataques não se restrinjam às mulheres jornalistas, eles produzem um efeito especular relativo à diferenciação pelo gênero, característico da "guerra cultural" promovida pelo governo federal contra as pautas da diversidade e os avanços progressistas nos costumes. Fica explícito o caráter estrutural da

misoginia, a partir do que já apontaram Miguel e Biroli (2014), e a exemplo do que também vai pontuar Fraser (2016), sobre os pilares de redistribuição, reconhecimento e representação, que se fragmentaram no espaço público e da política após a segunda onda feminista.

Dizem, frequentemente, que o sucesso relativo do movimento na transformação da cultura contrasta nitidamente com seu relativo fracasso na transformação das instituições. Essa avaliação tem duplo sentido: por um lado, os ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora são populares e fazem parte do imaginário social; por outro lado, eles ainda têm que ser colocados em prática. Assim, as críticas feministas sobre, por exemplo, assédio sexual, tráfico de mulheres e desigualdade salarial, que pareciam revolucionárias pouco tempo atrás, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo, essa mudança drástica de comportamento no nível das atitudes não eliminou, de forma alguma, tais práticas. Frequentemente argumenta-se: a segunda onda do feminismo provocou uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas mentalités não se transformou (ainda) em mudança estrutural e institucional. (FRASER, 2016, p.26)

Além, portanto, de buscar a desconstituição da prática e da narrativa jornalística, o presidente compromete o exercício pleno da liberdade de imprensa, tentando constranger as profissionais, ao associar a imperícia ao fato de o trabalho ser conduzido por uma mulher. Suas manifestações preconceituosas e desrespeitosas tentam associar às agressões conotações sexistas, na busca da intimidação das jornalistas ao inquiri-lo, como é próprio do seu fazer.

De acordo com o que observam Carrera e Torquato (2020), trata-se do recurso da “normatividade” autoatribuída às lideranças masculinas da esfera política, que busca o nivelamento a partir de seus próprios princípios e valores, “e tende a integrar a diversidade por via de sua adaptação, correção e ajuste” (Ibid, p. 90). Note-se que, aqui, quando as autoras falam em “integrar”, referem-se ao apagamento da diferença e da diversidade pela imposição dos valores hegemônicos. Paralelamente, Novack, Willrich e Dias Júnior (2021), ao destacarem que uma série de avanços obtidos com o Marco Civil da Internet e em políticas públicas federais foram suspensos ou enfraquecidos desde os mandatos de Michel Temer e de forma mais aguda no governo Bolsonaro, lembram que a posição estatal é uma das mais importantes para as garantias aos direitos das mulheres como população vulnerável.

Os alvos sofrem com o ataque à sua dignidade e autoestima, bem como um possível estranhamento da sociedade e, em decorrência, toda a sociedade torna-se mais fragilizada, na medida em que qualquer tipo de intolerância coíbe uma atuação em comunidade igualitária e saudável. (NOVACK, WILLRICH e DIAS JÚNIOR, 2021, p.22)

As agressões às mulheres tornam-se, portanto, fenômeno ainda mais contraditório e grave quando são protagonizadas pelo presidente da República, a liderança que tem a responsabilidade constitucional de zelar pelos direitos da sociedade em geral. E, especialmente as minorias historicamente vulnerabilizadas, categoria na qual as mulheres enquadram-se pela opressão patriarcal estrutural.

Como se comporta esta câmera

As agressões do presidente Bolsonaro às mulheres jornalistas se insere no quadro de recorrentes ataques à imprensa durante os dois anos e meio de governo. No caso das profissionais do jornalismo audiovisual, até mesmo repórteres e apresentadoras de renome e prestígio na área foram vítimas das suas ofensas no desempenho da prática profissional, marcada aliás pela grande competência, observável em diferentes veículos de imprensa.

Para fins da análise neste artigo, a amostra foi resultado da pesquisa feita na plataforma *Youtube*, em razão da vinculação do canal à releitura digital dos demais canais de radiodifusão, e, portanto, como potencial de alcance dos conteúdos produzidos pelo jornalismo audiovisual de modo geral. A partir dos resultados disponíveis encontrados na plataforma, mediante a digitação das palavras “ataques de Bolsonaro a jornalistas”, recortou-se ainda o ano de 2021, buscando obter uma amostragem exequível e, ao mesmo tempo expressiva. Diante dos resultados, priorizou-se os ataques que aconteceram em entrevistas feitas por repórteres mulheres em ocasiões públicas, para que guardassem homogeneidades que pudessem legitimar o estudo, neste caso a respeito da condição do trabalho feminino. Assim, chegou-se a três casos ocorridos entre os meses de abril e junho deste ano, que passam a ser descritos a seguir.

26/04/2021 – Durante uma entrevista coletiva, o presidente Jair Bolsonaro ofendeu a repórter Driele Veiga, no município de Conceição do Jacuípe, interior da Bahia. O chefe do Executivo irritou-se após ser questionado pela jornalista da TV Aratu, sobre um registro no qual aparece com uma placa “CPF cancelado”, ao lado de um apresentador de televisão. O presidente responde a pergunta da repórter, com outra pergunta irônica, que busca desautorizar o seu trabalho. Para dar a resposta, ele continua mantendo-se em movimento, e obrigando a equipe de TV, bem como os outros jornalistas, a seguirem-no. Jair Bolsonaro, em razão disso, apresenta-se praticamente de costas para a câmera e distante da repórter, indicando, assim, a falta de respeito e o desprestígio que tem para com a imprensa e à jornalista, que se vê impossibilitada de interagir de forma adequada com ele.

PRESIDENTE – “Você não tem o quer perguntar, não? Deixa de ser idiota!”

(...)

REPÓRTER – “Olha o presidente agredindo a repórter aqui verbalmente. Chamou, acabou de me chamar de idiota, Casemiro, por conta da pergunta a respeito da foto publicada dele, com o cpf cancelado...”



Figura 1 - YT O Povo online - Ataque à repórter TV Aratu
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=fmSLZiugqAw>

21/06/2021 – Durante uma entrevista coletiva, em Guaratinguetá, o presidente Jair Bolsonaro mostra-se visivelmente incomodado com a pergunta da repórter sobre sua decisão de não usar máscara em locais públicos, bem como pela multa que recebeu por causar aglomeração durante passeio de moto em São Paulo. Ele responde à repórter da TV Vanguarda, afiliada da Globo em São Paulo, ordenando-a a “calar a boca” e afirmando que a Globo faz um “jornalismo canalha”.



FIGURAS 2 e 3 - YT Poder 360 - Ataque à repórter TV Vanguarda
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=XIPQvturwlo>

PRESIDENTE - “Cala a boca. Vocês são uns canalhas. Vocês fazem um jornalismo canalha que não ajuda em nada. Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira. Vocês não prestam!”

PRESIDENTE - “A Rede Globo não presta. É um péssimo órgão de informação. Se você não assiste à Globo, você não tem informação. Se você assiste, está desinformado. Você tinha que ter vergonha na cara por prestar um serviço porco desse!”

PRESIDENTE - “Me botem no Jornal Nacional agora. Estou sem máscara em Guaratinguetá. Está feliz agora?”

PRESIDENTE - “Eu estava com capacete balístico a prova de 762. Então, vou ser multado toda vez que andar de moto por aí? Sou alvo de canalhas do Brasil. Eu chego como quiser, aonde eu quiser, eu cuido da minha vida. Se você não quiser usar máscara, você não usa!”

XXX/06/2021 – Nesta entrevista coletiva em Sorocaba, interior de São Paulo, o presidente ofende a repórter, chamando-a e a outras jornalistas presentes de idiotas, ao manifestar-se sobre a negociação das vacinas da marca Covaxin. Depois, especificamente à repórter da TV TEM, responde às perguntas com outras perguntas, eximindo-se da sua responsabilidade de prestar as devidas contas sobre o tema. Como no caso anterior, além de não aparecer frente às câmeras, não é possível saber o nome da repórter, alvo das ofensas.



Figura 4 - YT UOL News - Ataque à repórter TV TEM
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=h7tgEghqtSU&t=4s>

PRESIDENTE – Foi comprada a vacina?

REPÓRTER – Mas teve negociação?

PRESIDENTE – Foi comprada a vacina? (...)

PRESIDENTE – Responda!!!! Comprada quando? Responda!!!!!! (...)

REPÓRTER – O governo comprou assim...

PRESIDENTE – Comprada quando? Responda! (...) Onde é que tem vacina para ser vendida? Aqui ou em qualquer lugar do mundo? Responda!!!! Responda !!! Pare de fazer pergunta idiota, pelo amor de Deus! (...) Nasça de novo você. Ridículo. Ridículo. Pelo amor de Deus, tá? Você tá empregada aonde?

Em todos os casos, percebe-se que, se o texto do presidente é contundente na perseguição ao objetivo de deslegitimar as jornalistas, a câmera também colabora decisivamente para esse sentido, com a mesma intensidade. Bolsonaro está sempre enquadrado de forma privilegiada no centro da tela nas agressões às repórteres, e em dois dos três casos, empoderado, no sutil enquadramento de baixo para cima (contra *plongée*), que o torna distintivamente mais forte e maior em relação às interlocutoras “abaixo” dele. E além de estarem abaixo, as repórteres nem mesmo aparecem na cena, porque aqui se observa o cumprimento da regra do jornalismo audiovisual clássico em coletivas, em que usualmente, apenas mão e/ou voz são enquadradas. Esse tipo de edição contribui para o fortalecimento da imagem de poder do presidente, e para o efeito de desconstrução e apagamento das repórteres que ele pretender construir, durante os impropérios.

Da mesma forma, o *staff* presidencial, sempre presente ao seu redor, mostrando-se “unido” ao discurso de ódio contra as repórteres, contribui para a fragilização delas, uma vez que estão na linha de frente da prática do ofício. Objetiva e particularmente, os casos mostram que as agressões à imprensa em geral são individualizadas no particular a cada uma delas, quando responde de forma raivosa às perguntas/cobranças endereçadas como representante do poder público. Em duas ocasiões, o presidente ataca o local de trabalho das jornalistas, de forma individual, buscando enfraquecer cada uma e desconstituí-las, ao expor uma dinâmica de muitos – ele e seus assessores – contra uma, no caso delas.

A falta de protocolo e/ou cerimônias que acentuam o sentido de espontaneidade do dizer – grosseiro e constrangedor – como um autenticador da “verdade se dá justamente porque o a gravação da entrevista coletiva acontece, como desenrolar da ação, como se fosse ao vivo. Assim, o presidente é aquele que fala o que lhe vem à mente, provocado que é pelas perguntas que faz parecer intoleráveis e inapropriadas, porque feitas por quem não tem perícia para ocupar o lugar que ocupa. O discurso caricatural é marcado por emoção em detrimento da racionalidade, na intenção de se oferecer à audiência, dessa maneira, como o “mais verdadeiro”, porque são as perguntas descabidas que acabam com a disposição e paciência do líder da nação. As expressões de raiva e ódio permitem, então, desvencilhar-se da responsabilidade de responder às cobranças feitas pelas repórteres.

Conclusão

O Brasil vive um momento de especial risco à liberdade de imprensa e ao exercício da profissão de jornalista. A cruzada liderada pelo Presidente da República contra os profissionais do Jornalismo é evidenciada nos ataques contra grupos ou personalidades não alinhados ideologicamente aos posicionamentos de governo. Razão pela qual a ameaça ao trabalho da imprensa no Brasil tornou-se uma questão internacional. A organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF) passou a integrar o país este ano, na chamada “zona vermelha”; a de mais alto risco para o exercício do jornalismo no mundo.

E, além da ameaça aos direitos à liberdade de imprensa e de expressão, soma-se à problemática a causa das jornalistas mulheres, num contexto diretamente associado aos direitos humanos, com a desqualificação pelo gênero como estratégia adotada pelos discursos governamentais. A tentativa de apagamento da mulher jornalista é, claramente, contrária às dinâmicas das nações democráticas, que caminham em direção à ampliação da participação política feminina nas mais diversas instâncias. Os retrocessos experimentados pelas mulheres que exercem a profissão de jornalista se apresentam paradoxalmente aos avanços e oportunidades abertas com a digitalização, em que a produção de jornalismo audiovisual se diversifica e segmenta em direção à valorização e ampliação do espaço das comunicadoras, apresentadoras e repórteres em todas as frentes.

A linguagem constitui, demarca e, ainda de forma mais eloquente quando atua por insistência e repetição de padrões, constrói legitimidade, sobretudo se associada a figuras e espaços de poder. O que demanda o olhar científico sobre o tema, para que este produza as reflexões necessárias e, por extensão, a maturidade social que se reflita em resistência das instituições públicas, democráticas e de defesa da liberdade de imprensa.

AGAINST ALL: NARRATIVES OFF BOLSONARO'S ATTACKS ON JOURNALISTS IN AUDIOVISUAL JOURNALISM

ABSTRACT

Among the frequent attacks made by President Jair Bolsonaro on the press, there are recurrent attacks committed especially against women journalist, as show by surveys carried out by Federação Nacional de Jornalistas, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo and Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão . In these attacks, sexist, misogynist terms and censorship orders are added to practices and discourses that violate the right to press freedom, as well as gender discrimination. In this sense, the work discusses how audiovisual, limited to Youtube platform, narrates these episodes related to disrespect for human rights. Methodologically, three events of agressions made by the presidente will be analyzed, defined from Search filters with the expressional “Bolsonaro attacks on journalists”, in the year 2021 to women reporters.

Keywords: Journalists. Women. Human Rights. Jair Bolsonaro. Attacks.

Referências

- ABERT. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Violações à liberdade de expressão. **Relatório Anual 2020**. ABERT: Brasília (DF), 2021. Disponível em <https://www.abert.org.br/pdf/ABERTRELATORIOANUAL2020.pdf>. Acesso em 25 jul. 2021.
- ABI. Associação Brasileira de Imprensa. Ambiente tóxico para a imprensa. Disponível em <http://www.abi.org.br/ambiente-toxico-para-a-imprensa/>. Acesso em 12 jul. 2021.
- ABRAJI. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Abraji aponta que mulheres jornalistas foram vítimas de mais da metade das agressões no meio digital. Disponível em <https://abraji.org.br/abraji-aponta-que-mulheres-jornalistas-foram-vitimas-de-mais-da-metade-das-agressoes-no-meio-digital>. Acesso em 25 jul. 2021.
- ALLCOTT, H., & GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**. 2017. 31(2), 211-236. Disponível em <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em ago. 2021.
- BECKER, Beatriz. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. In: BECKER, Beatriz (Org.). **Pensando e fazendo Jornalismo Audiovisual: a experiência do TJUFRJ**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 ago 2021.
- BRITTOS, Valério. Digitalização, democracia e diversidade na fase da multiplicidade da oferta. In: BRITTOS, Valério (Org.). **Digitalização, diversidade e cidadania: convergências Brasil e Moçambique**. São Paulo: Annablume, 2009. p.17-29, p. 25-26.
- BRUNS, Axel. **Gatewatching: collaborative online news production**. Nova York: Peter Lang, 2005, 330p.
- CALABRESE, O. **A Idade Neobarroca**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- CARRERA, Fernanda; TORQUATO, Chalini. *Diversitywashing: as marcas e suas (in)coerências expressivas*. **Comunicação, Mídia E Consumo**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 84-107, Jan./Abril. 2020. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/issue/view/59/showToc>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian; TEZZA, Cristovão; FÚKS, Julian; TIBURI, Marcia; SAFLATE, Wladimir. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. 144p.
- EMERIM, C. Telejornalismo ou jornalismo para telas: a proposta de um campo de estudos. **Estudos de Jornalismo e Mídia**. v. 14, n. 2 (2017). p. 113 a 126. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p113/35883>. Acesso em ago. 2021.
- FAUSTO NETO, Antonio. Jornalismo, Participação e Cidadania: Olhares, diálogos e Experiências (I). **Âncora**. Revista latino-americana de Jornalismo. ANO 2. VOL. 2 N.1. (2015). p. 170 a 187. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/24692/13485>. Acesso em ago 2021.
- FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. **Relatório 2020**. FENAJ: Brasília (DF), 2021. Disponível em https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso 25 jul 2021.
- FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. **Pensamento Feminista – conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.
- GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania** – Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito do cidadão à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397 p.
- KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. 272 p.

- KEEN, Andrew. **O culto do amador**. São Paulo: Zahar, 2009, 207 p.
- LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2004. 131 p.
- MACHADO, Arlindo. **A Televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. A pesquisa em Jornalismo no Brasil: o conflito entre os paradigmas midiacêntrico e sociocêntrico. In: **Revista Eptic online**. Aracaju (SE), v.II, n.1, 2005.
- MOURA, Marco Aurélio. **O discurso do ódio em redes sociais**. 2. ed. São Paulo: Lura Editorial, 2018.
- NOVACK, Bruna Fucolo; WILLRICH, Natalia Vigil e DIAS JÚNIOR, Vilmar Pina. Liberdade de expressão nas redes sociais: reflexões sobre o discurso de ódio contra mulheres. In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). **Nem tudo são rosas**: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47585/nemtudosarosas>. Acesso em 11 ago.2021
- PICCININ, Fabiana. A sedução das fake news em tempos de COVID-19: anatomia narrativa e pós-verdade In: **Narrativas midiáticas contemporâneas**: epistemologias dissidentes. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2020, p.417-432.
- PICCININ, Fabiana (a). El telediario de la hipertelevisión In: **Herramientas digitales para co-municadores**.1 ed. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2019, v.1, p. 89-95. 350 p. Disponível em http://www.gabinetecomunicacionyeducacion.com/sites/default/files/field/publicacion-adjuntos/herramientas_para_comunicadores_digitales.pdf. Acesso em mar 2021.
- PICCININ, Fabiana (b). Cumplicidades entre mídia e audiência nas narrativas de “real” na ficção e no jornalismo. **Lumina**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 15–28, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070. 2019.v13.26056. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/26056>. Acesso em: 1 abr. 2021.
- REDE DIGITAL BRASIL. **Digital Brazil 2021**. Disponível na internet em: <<https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>> Acesso em 07 ago. 2021
- SCOLARI, C. This is the end: As intermináveis discussões sobre o fim da televisão. In: CARLÓN, Mario & FECHINE, Yvana. **O fim da televisão**. Rio de Janeiro/Recife: Confraria dos Ventos Editora UFPE, 2014. 134 p.
- SOUZA FILHO, W. J. A influência da tecnologia na transformação da televisão no século XXI. In: SERRA, P.; SÁ, S.; SOUZA FILHO, W. **A televisão ubíqua**. Covilhã: Livros LabCom Books, 2015. 305p.
- VIZEU, Alfredo (org.) **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Submissão: 16/10/2022

Aceite: 21/10/2022